

# Características da Produção Científica sobre Orçamento Público, Orçamento Participativo e Controladoria Pública na Primeira Década do Século XXI

## Characteristics Of Scientific Production About Public Budget, Comptroller and Public Participatory Budgeting in First Decade of the XXI Century

Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro Macêdo, Carlos Eduardo Facin Lavarda<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Fundação Universidade Regional de Blumenau, Departamento de Contabilidade, Blumenau - Santa Catarina, 89012900, Brasil.

**CITAÇÃO SUGERIDA:** Macêdo, F. F. R. R., & Lavarda, C. E. F. (2013). Características da produção científica nacional e internacional sobre orçamento público, orçamento participativo e controladoria pública no período na primeira década do século *xxi*. *Administração Pública e Gestão Social*, 5(1).

**Resumo:** O estudo objetivou descrever as características dos artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais sobre os temas orçamento público, orçamento participativo e controladoria pública. Para isso utilizou-se pesquisa descritiva, conduzida por meio de levantamento bibliográfico e abordagem quantitativa. Foram encontrados 29 artigos sobre os temas em 99 periódicos consultados. Observou-se, que a grande totalidade das produções foi realizada por um autor e, destes, 53% eram homens e 47% mulheres. A região Sul do Brasil apresentou a maior autoria (38%). No âmbito internacional, constatou-se que três autores eram dos Estados Unidos da América, três de Taiwan, um da Nigéria e um da Alemanha. Verificou-se também que a Universidade Federal de Minas Gerais possui o maior número de disciplinas obrigatórias sobre a área pública. Concluiu-se que a contabilidade pública é carente de publicações nas temáticas em estudo e, também que disciplinas da área pública são pouco exploradas nos currículos das universidades brasileiras.

**Palavras-Chave:** Orçamento Público. Orçamento Participativo. Controladoria Pública.

**Abstract:** The study aimed to describe the characteristics of articles published in national and international journals on topics public budget, participatory budgeting and controlling public. For this we used descriptive research, conducted through a literature review and quantitative approach. We found 29 articles on the subjects in 99 periodicals consulted. It was observed that all the great productions were performed by an author, and of these, 53% were men and 47% women. The southern region of Brazil had the highest authorship (38%). Internationally, it was found that three authors were the United States, three in Taiwan, one from Nigeria and one from Germany. It was also the Universidade Federal de Minas Gerais has the largest number of compulsory subjects on the public area. We conclude that public accounting is lacking in thematic publications under study and also subjects that the public area are little explored in the curricula of universities.

**Key-Words:** Public Budget. Participatory Budgeting. Public Comptroller

Texto completo em português: <http://www.apgs.ufv.br>  
Full text in Portuguese: <http://www.apgs.ufv.br>

### INTRODUÇÃO

O orçamento público constitui a síntese do compromisso de contribuições da coletividade e das realizações do governo. No orçamento, são alocados os recursos para atender as necessidades primárias e secundárias da sociedade, sendo, um norteador das ações do gestor na implantação de projetos, programas e ações.

Em virtude das novas exigências legais impostas aos gestores públicos, da crescente demanda da população pela oferta de serviços de qualidade e da cobrança por transparência e ética nas ações do governo, surgiu a necessidade de implantação de unidades de Controladoria na Administração Pública, visando a assessorar esses gestores na utilização dos recursos e no cumprimento dos ditames legais.

Contudo, mais do que um órgão de controle e acompanhamento, a Controladoria é um arcabouço legal previsto na Constituição brasileira que incita uma maior transparência na

prestação de contas. Todavia, além de ser matéria legal de singular importância, uma unidade de Controladoria é uma questão de *accountability*.

Não obstante, a publicação de trabalhos científicos é de grande relevância para que haja reflexão e entendimento sobre as diversas áreas das ciências, assim, não é diferente quanto ao entendimento sobre os métodos empregados no manuseio da *res* pública. Pois, ao se produzir material científico sobre a área pública proporciona-se o surgimento de uma visão crítica sobre os atos e fatos dos gestores, e, conseqüentemente, mune-se o cidadão com os argumentos e informações necessárias para que este possa exercer de modo consciente, o controle social.

Muitos autores avaliaram de alguma maneira a produção científica na área contábil, porém, somente Brott, Laffin & Borgert (2007) abordaram artigos, dissertações e teses nacionais sobre Contabilidade Pública voltadas ao orçamento, distribuição orçamentária e processo orçamentário constatando que a



temática orçamento participativo é amplamente abordada. Leite et al. (2008) realizaram um estudo sobre a temática orçamento nas teses e dissertações do Programa de Pós-graduação stricto sensu em Ciências Contábeis da USP e verificaram que o tema é pouco investigado na produção científica do programa. Moura, Dallabona & Lavarda (2010) descreveram o perfil bibliométrico dos artigos publicados sobre o tema orçamento nos congressos brasileiros no período de 2005 a 2009 e evidenciaram que apenas 13% versavam sobre o setor público. Porém, o cerne de ambos os estudos não é o orçamento sob o ponto de vista público voltado para periódicos nacionais e internacionais.

Assim, ante a deferência evidenciada sobre os temas na área pública, o estudo expresso neste artigo tem como pergunta orientadora: Quais as características da produção científica nacional e internacional, em periódicos, sobre orçamento público, orçamento participativo e controladoria pública?

Para responder ao problema da pesquisa, tomou-se como base o objetivo geral de descrever as características dos artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais, no período de 2001 a 2010, sobre os temas orçamento público, orçamento participativo e controladoria pública.

A motivação para a realização desse estudo decorre da necessidade de maior discussão acadêmica e conceitual dos temas relacionados à área pública. Além do que, segundo Darós e Pereira (2009), a carência de bibliografias e trabalhos empíricos sobre a área pública no Brasil limita o desenvolvimento de técnicas e práticas de aperfeiçoamento da contabilidade pública.

Pretende-se assim, contribuir com o aumento do conhecimento na área pública, incentivando a realização de novas pesquisas sobre os diferentes aspectos do orçamento, do controle sobre o mesmo, bem como, da participação popular. Aliado a isso, pretende-se consolidar o entendimento, nem sempre claro, sobre possíveis direitos e deveres imputados àquele que usufrui dos direitos constitucionais e respeita as liberdades democráticas, no tocante a executoriedade da participação popular consciente.

## ORÇAMENTO PÚBLICO

Orçamento público é o ato desempenhado pelo Poder Executivo, revestido de força legal, e autorizado pelo Poder Legislativo (D'auria, 1959; Baleeiro, 1987; Moura, 2003). Prescreve a soma das ações governamentais realizadas no interstício de um ano. Prevê os recursos a serem arrecadados e àqueles que fixam o montante das despesas que devem ser executadas para atender às necessidades da população.

O Orçamento Público é um instrumento de execução de planos de governo. É um planejamento realizado pela Administração Pública para atender, durante certo período, aos seus planos e programas de trabalho (Magalhães, Oliveira, Wakim & Faroni, 2006).

Observa-se, que a definição de orçamento em decorrência da evolução de suas funções, vem modificando-se com o perpassar dos anos. Essa diversidade conceitual, entretanto,

torna o estudo das questões orçamentárias um fértil e atrativo terreno, especialmente se for levado em conta a perspectiva da interdisciplinaridade, na tentativa de compreender as suas implicações econômicas e sociais.

Os estudos sobre orçamento, em geral, privilegiam os aspectos técnico-administrativo ou jurídico-legal, em detrimento do mais importante deles: o político (Mendes, 2004). Contudo, bem mais do que as técnicas de elaboração, execução e controle, o orçamento precisa ser entendido e visto a partir de suas implicações práticas.

A organização não governamental Centre for Democracy & Development (2005) destaca que o orçamento é o processo-chave para a gestão macroeconômica e para implantação da política fiscal e social, afetando diretamente a sociedade. No mundo, a preocupação com a transparência fiscal, de acordo com Alesina e Perotti (1999) remonta ao final da década de 1970, quando muitos países passaram a evidenciar suas grandes dívidas, acumuladas nas décadas anteriores.

Garrett & Vermeule (2006) descrevem que, na literatura, a transparência no processo orçamentário tem sido descrita em dois sentidos: transparência dos processos de entrada (elaboração do orçamento) e dos processos de saída (relatórios, prestação de contas etc.). Entretanto, estes autores salientam que o processo orçamentário é complexo, sendo difícil segregar seus componentes e que os governos, frequentemente, alteram seus processos orçamentários para aumentar o nível de transparência destes.

Na Administração Pública, o acesso e a transparência (*disclosure*) das informações são indispensáveis para que a sociedade em geral participe da definição, condução ou supervisão das políticas públicas. Neste contexto, Santos (2005) descreve ser a transparência um pressuposto para a gestão democrática.

De acordo com a Organização das Nações Unidas (2001), a transparência do processo orçamentário está relacionada com a divulgação avançada de dados para todos os interessados sobre os documentos orçamentários, de maneira clara e compreensiva.

## ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

No que concerne à participação dos envolvidos no processo orçamentário, Pires (2001), Horngren, Sundem & Stratton (2004), Ching (2006), e já haviam acentuado seus benefícios no caso de organizações privadas. No caso de organizações públicas, Trosa (2001) também chamou a atenção para a importância de elaborar o orçamento de forma participativa, o que, no caso brasileiro, já vem ocorrendo em vários governos.

Segundo pesquisas realizadas pelo Fórum Nacional de Participação Popular (Ribeiro, 2003) e estudos divulgados por Genro & Souza (1997), Teixeira et al. (2003) e Mendes (2004) as experiências precursoras de participação social sobre o orçamento participativo local no Brasil datam do final da década de 1970. Entretanto, nem todas as experiências constatadas foram denominadas como orçamento participativo, contudo, reuniam atributos que dele se aproximavam. Nesta primeira fase

destaca-se a cidade de Lajes (SC), em 1978. Mais tarde os municípios de Boa Esperança (ES), em 1982; Diadema (SP), em 1983 e Vila Velha (ES) e Uberlândia (MG), ambos em 1986 também aderiram ao mesmo.

Alves (1980) e Nunes (1999), todavia, contrapõem os autores *op cit* quanto à data de surgimento desse instrumento, pois, afirmam que as experiências de participação popular no Brasil tiveram início já nos anos 1960, período em que o país estava imerso no regime ditatorial, e fundamenta a assertiva com as cidades de Ipiaú/BA e Piracicaba/SP, em 1969.

O orçamento participativo é uma forma de balancear a articulação entre a democracia representativa e a democracia participativa tendo como base os seguintes objetivos: cessão de soberania por quem detém o poder local; reintrodução de elementos de participação local; auto regulação soberana, a partir da definição de regras e procedimentos pelos participantes do orçamento participativo e, reversão das prioridades de recursos públicos locais em prol das populações mais carentes (Avritzer, 2003).

O Orçamento Participativo é uma das maneiras de se praticar a democracia efetivamente. Este instrumento faz “cair por terra” a visão da política em que o cidadão encerra a sua participação na administração pública quando vota. Com esse instrumento, o cidadão deixa de ser agente passivo e passa a ser um agente ativo nos direcionamentos dos recursos para as coletividades.

Para Genro (1997, p. 23) a essência do orçamento participativo é a de democratizar as decisões de uma nova gestão, a partir de conselhos populares “[...] permitir que cada cidadão pudesse interferir na criação de políticas públicas e nas demais decisões de governo que tivessem importância para o futuro da cidade”. Tal dispositivo possibilita que o governo capte, com maior facilidade e precisão, as demandas sociais.

O orçamento participativo é executado com diferentes metodologias em cada município, onde suas assembleias costumam ser realizadas em sub-regiões, bairros ou distritos, através de discussões temáticas e/ou territoriais, elegendo-se também delegados que representarão um tema ou território nas negociações com o governo.

Um orçamento participativo bem estruturado, divulgado e executório instiga o cidadão a ser ator no universo da alocação de recursos. Renova a esperança da população em dias melhores e faz crescer um sentimento de importância e valorização da opinião própria, possibilitando o nascimento de um senso crítico sobre a gestão pública.

## CONTROLADORIA PÚBLICA

A Contabilidade, com o passar dos anos, revestiu-se de uma roupagem mais atrativa e condizente com as expectativas do consumidor/investidor contemporâneo, bem como, do cidadão crítico dos novos tempos, surgindo, então, a Controladoria, que segundo Mosimann & Fisch (2002, p. 88), “consiste em um corpo de doutrinas e conhecimentos relativos à gestão econômica”.

A Controladoria é responsável, dentre outras ações, pela interligação das informações geradas pelos vários setores do

ambiente organizacional, possibilitando que todos tomem conhecimento, em tempo, do que cada setor realiza; diminuindo com isso a necessidade de emissão de relatórios contínuos, trabalhando com a redação destes somente quando algo destoava do que fora planejado.

Uma Controladoria bem estruturada possibilita o surgimento de uma sinfonia entre todos os “tocadores dos instrumentos organizacionais” (colaboradores e gestores). Difícil é conseguir a harmonia perfeita, fazer com que cada um toque o instrumento na hora certa, no tom correto, quiçá descobrir onde está aquele que destoava do resto e produz uma nota que compromete a beleza do todo.

O gestor público é um dirigente que rege uma orquestra, onde as partituras mudam a cada instante e os músicos marcam o próprio compasso (Motta, 1993). Enfatiza-se, todavia, que seu maior problema será harmonizar todos os sons em prol da obtenção de mensagem musical única.

A Controladoria no âmbito da Administração Pública busca, entre outros, acompanhar a execução orçamentária, medir os resultados atingidos no exercício, dar suporte ao gestor na tomada de decisão, produzir relatórios constando o fluxo das transações, redirecionando e endireitando, quando se perder o foco, a posição dos diversos setores e do gestor máximo, evitando-se que os possíveis erros que venham a ocorrer não sejam de tal magnitude, ao ponto de fazer descarrilar os passos da instituição no universo obscuro da ilicitude e das práticas antieconômicas.

Para Slomski (2005, p. 15), a Controladoria compreende “[...] a busca pelo atingimento do ótimo em qualquer ente, seja ele público ou privado [...]”. Esse ótimo enfatizado pelo autor corresponde à chegada a um resultado além do que fora projetado pela entidade, sendo que, de acordo com Scarpin & Slomski (2007, p. 916), “a Controladoria governamental possui o papel de desenvolver mecanismos para atingir esse ótimo”. Thompson & Jones (1986, p. 1) acentuam que “a Controladoria na gestão pública é direcionada principalmente para o acompanhamento da execução orçamentária”.

Com efeito, quando se pensa em controlar a execução dos atos visando à eficácia, antes, precisa-se planejar adequada e minuciosamente o trajeto a ser percorrido. Planejar é uma ação inerente ao bom funcionamento dos processos. Portanto, antes de o gestor público executar, controlar e avaliar os resultados atingidos, precisa traçar metas e diretrizes consistentes, estipular valores, analisar as possibilidades, pois, se a entidade não sabe para onde vai e nem quanto isso vai custar, é bastante razoável que também não saiba como fazer, e o fim será, no mínimo, uma sequência de escândalos, retratando um resultado ínfimo.

Slomski (2005, p. 15) diz que “não dá para continuar a administração baseada no achismo, onde o gestor público acha que a população precisa de algo”. É preciso que o administrador realize ações tendo a certeza de que a escolha feita foi a melhor dentre as opções apresentadas, contudo, a maturidade e a segurança serão conseguidas por meio de um setor de Controladoria atuante.

Machado (2008, p. 9) reúne os motivos primários para a adoção da Controladoria na Administração Pública e relata que, no Brasil, existem ainda motivos secundários que justificam e aumentam a necessidade de adoção de modelos de Controladoria na gestão pública. Como motivos primários, destacam-se: necessidade de controle gerencial; sistema de informações voltados para o gestor; apuração e controle de custos e eficácia da organização. Já os motivos secundários: desqualificação dos servidores em geral; insegurança na tomada de decisão; desperdícios causados pelo mau uso do recurso público, dentre outros.

Peixe (2009, p. 199), por sua vez, delimita os objetivos da Controladoria em institucionais, operacionais e gerenciais. Os primeiros são delineados e previstos em leis, decretos, regulamentos, estatutos e demais normas complementares. São os instrumentos para atestar ou confirmar determinadas situações, com base em levantamentos efetuados nos registros, sendo sua realização impositiva e independente da vontade dos gestores e das pessoas. Os objetivos operacionais, por sua vez, buscam retratar e avaliar a confiabilidade dos controles internos e o fluxo de informações, para, assim, comprovar se os resultados estão dentro do planejamento. Já os objetivos gerenciais procurarão atender à cúpula administrava mediante o levantamento de situações gerenciais, visando, com isso, a auxiliar na tomada de decisão nos níveis diretivos e elevados, com repercussão nos planos e metas da instituição.

Machado (2008, p. 6) esclarece que a função da Controladoria na Administração Pública é "garantir a eficácia das entidades através da execução de atividades que visem a garantir que elas atendam satisfatoriamente a sociedade, tanto pela prestação e qualidade dos serviços, quanto pela idoneidade das instituições responsáveis por eles".

Em um órgão de Controladoria no seio da gestão pública, o controle será executado antes, durante e depois das transações, detectando-se os desvios no seu nascedouro, evitando-se, pois, que a Fazenda Pública seja lesada de modo irreversível e acentuado.

Notória é a serventia da Controladoria na Administração Pública em razão de tantas atividades a serem executadas, pois objetiva garantir que informações embasadas e fidedignas cheguem até os gestores, além de atuar no processo decisório, buscando, portanto, a eficácia gerencial. Machado (2008, p. 6) enfatiza, porém, que, para a Controladoria cumprir suas competências, necessita desempenhar algumas atividades, dentre elas: propor e implementar melhorias no modelo de gestão das organizações públicas; desenvolver e implementar sistema de relatórios que contemplem informações financeiras e não-financeiras; implantar e manter um sistema de apuração e gestão de custos (LRF); compilar, sintetizar e analisar informações; apurar e avaliar resultados; influenciar a tomada de decisão.

Diante do exposto, depreende-se que a Controladoria Pública apresenta-se como um aliado imprescindível à gestão estatal, pois se apoia na tomada de decisões, busca o controle fiscal,

avalia a conduta administrativa e analisa a eficiência, eficácia, economicidade e transparência dos atos emanados do gestor público.

Contudo, para se conseguir alcançar o ideário de uma gestão pública eficiente, eficaz e transparente, necessita-se controlar de modo incisivo as ações e planos dos gestores, pois, a partir do momento em que se gerenciam as informações econômico-físico-financeiras por meio do instrumento da Controladoria, torna-se possível corrigir impropriedades oportunamente.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a elaboração deste trabalho, utilizou-se de pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa dos dados, realizada por meio de pesquisa bibliográfica. Segundo Sellitz, Cook & Wrightsman (1987) a pesquisa descritiva busca conhecer um fenômeno sem modificá-lo, a fim de entender o objeto de interesse em um determinado espaço e tempo. Neste estudo, são descritas as características da produção científica nacional e internacional sobre três temas da área pública (orçamento público, orçamento participativo e controladoria).

No tocante aos procedimentos, a pesquisa é caracterizada como bibliográfica. Vez que, "explica um problema a partir da análise de referenciais teóricos publicados em documentos" (Cervo & Bervian, 1983). E quanto à abordagem do problema, enquadra-se como quantitativa, posto que, segundo Richardson (1999) tal abordagem caracteriza-se pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas.

Foram analisados artigos científicos publicados em revistas nacionais classificadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) de A1 a B3 em um total pesquisado de 79 periódicos consultados. Teve-se ainda por escopo, a busca de periódicos internacionais que publicam sobre a temática setor público, todos selecionados no banco dados *Science Direct*, correspondendo a 20 análises.

Os dados arrolados para esta pesquisa tiveram como direcionador a seleção de artigos que apresentavam os termos orçamento público, orçamento participativo, controladoria pública, *public budget*, *participatory budgeting*, *controlling public* no título, no resumo ou nas palavras-chave do documento, resultando em 29 artigos selecionados para análise. A Tabela 1 traz a relação dos periódicos nacionais e internacionais que reuniram imperativos do estudo.

Tabela 1

### Relação dos periódicos da análise

Periódicos Nacionais	Conceito Capes	Qde. de artigos
RAP	A2	1
Ensaio FEE	B1	1
Estudos Econômicos	B1	1
RAC Eletrônica	B1	1
RAC Impresso	B1	1
Base	B2	1
Movimento	B2	1
Read	B2	1
SP em Perspectiva	B2	1
Análise econômica	B3	1
Civitas	B3	8
RCO	B3	1

REPEC	B3	1
Universo Contábil	B3	4
Vista e Revista	B3	1
<b>Periódicos Internacionais</b>	<b>Fator de Impacto</b>	<b>Qde. de artigos</b>
<i>Government Information Quarterly</i>	1.878	1
<i>Research in Transportation Economics</i>	-	1
<i>Technovation</i>	2.993	1
<i>World Development</i>	1.612	1

Observa-se na Tabela 1, que nem todos os periódicos elencados possuem a qualificação da Capes. Ressalta-se, porém, que esse critério de classificação foi seguido tão somente para os periódicos nacionais. E no que concerne à busca dos periódicos de cunho internacional, optou-se, conforme esclarecido anteriormente, por selecionar aqueles que versavam sobre o setor público, independentemente de estarem ou não classificados no Qualis da Capes.

Evidencia-se ainda que dos 29 artigos selecionados para análise, quatro correspondem a artigos coletados em periódicos internacionais, em que três deles tem fator de impacto JCR - *Journal Citation Reports*. Enfatiza-se que o JCR foi integrado com o *Web of Knowledge*, pela Thomson Reuters e é acessado a partir da *Web of Science para a JCR Web*.

#### APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Conforme observado na abordagem metodológica, foram analisados periódicos da seara pública nacional e internacional, separando-os pela quantidade de trabalhos publicados; periódicos; quantidade de autores; gêneros dos autores; distribuição geográfica dos autores; tipo de referências; referências encontradas por ano de publicação e abordagem teórica. Ao final é analisado como essa área vem sendo estudada nos currículos das Universidades brasileiras.

Na Tabela 2 é apresentada a quantidade de artigos publicados nos periódicos nacionais e internacionais no período de 2001 a 2010, relacionados aos temas orçamento público, orçamento participativo e controladoria pública.

**Tabela 2**  
**Quantidade de artigos publicados**

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total Geral	Total %
Orçamento público	1	1	-	1	2	-	1	1	1	1	9	31
Orçamento participativo	1	2	1	4	1	3	-	-	-	-	12	41
Controladoria pública	-	-	-	-	-	-	1	-	1	1	3	10
<b>Total por ano</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>29</b>	<b>100</b>

Observa-se na Tabela 2 que o tema orçamento participativo apresenta o maior índice de publicações (17 artigos) correspondendo a 59% da amostra. Em segundo lugar, encontram-se as publicações que versam sobre orçamento público (9 artigos) e aquelas que abordam controladoria pública correspondendo a apenas 3%.

Os dados da Tabela 3 evidenciam o número de autores por artigo e revelam que na grande totalidade dos artigos das

temáticas selecionadas nesta pesquisa, há somente um autor produzindo o trabalho.

**Tabela 3**  
**Número de autores por artigo**

Ano/ Nº de autores	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total Geral	Total %
1	2	3	1	3	1	3	-	2	-	2	17	59
2	-	-	-	-	1	-	1	1	1	2	6	21
3	-	-	-	2	-	-	-	1	1	-	4	14
>3	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	2	7
<b>Total por ano</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>29</b>	<b>100</b>

Entre os artigos analisados, 59 são produzidos por apenas um autor em contraposição aos resultados apresentados por Cardoso, Pereira & Guerreiro (2004), Callado & Almeida (2005), Beuren, Schlindwein & Pasqual (2007), Moura, Dallabona & Lavarda (2010) e a produção por dois autores (21%) é a forma mais frequente de autoria entre os trabalhos encontrados.

O resultado relacionado ao número de autores por artigo publicado nos periódicos analisados demonstra também que dentre os 29 artigos, 17 são produzidos por um autor e os outros 12 artigos são produzidos em coautoria. Cabe destacar que no ano de 2004, cinco trabalhos foram produzidos e a maioria também foi produzida por um único autor. Na Tabela 4 é apresentado o gênero dos autores que publicaram nos periódicos analisados.

**Tabela 4**  
**Gênero dos autores nos artigos**

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total Geral	Total %
Masculino	1	1	-	5	4	-	5	1	4	5	26	53
Feminino	1	2	1	4	3	3	1	6	1	1	23	47
<b>Total por ano</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>9</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>49</b>	<b>100</b>

Com relação ao gênero dos autores, a Tabela 4 revela que na maioria dos anos prevalece a produção por autores do sexo masculino, assim como se observou em Leite Filho (2006), Moura, Dallabona & Lavarda (2010).

Contudo, dentre os 49 autores, 53% são homens e 47% são mulheres, todavia, ressalta-se que em alguns anos, a exemplo de 2008, um maior número de autores foi do sexo feminino. Na Tabela 5 apresenta-se a distribuição geográfica dos autores que publicaram no período de 2001 a 2010.

**Tabela 5**  
**Distribuição geográfica dos autores nos artigos**

ANO	Norte		Nordeste		Sul		SUDESTE			Centro-Oeste	Outras
	AM	PE	PI	RS	SC	ES	MG	RJ	SP	DF	
2001	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-
2002	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	1
2003	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
2004	-	-	1	2	-	-	-	3	-	3	-
2005	-	4	-	-	-	-	-	-	3	-	-

2006	-	-	-	-	1	1	-	1	-	-	-	-	-
2007	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-
2008	-	-	-	4	2	-	-	-	-	-	-	-	5
2009	3	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	2
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>11</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>8</b>	<b>3</b>	<b>8</b>
<b>%</b>	<b>6</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>22</b>	<b>16</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>8</b>	<b>10</b>	<b>6</b>	<b>16</b>	<b>6</b>	<b>16</b>

Na Tabela 5, percebe-se que a região Sul apresenta o maior número de autores pesquisando sobre os temas em estudo, com 38% do total, destacando-se o Estado do Rio Grande Sul com 22%. Nos estados do Sudeste, que juntos totalizaram 22% dos autores, o Estado de São Paulo apresentou o maior número de autores (10%). Entre os Estados da região Nordeste, que fez um total de 10% dos autores, destacou-se o estado de Pernambuco com 8%. Outras regiões, juntamente com autores de outras nacionalidades, totalizaram 28% do total. A Tabela 6 apresenta a classificação em relação ao objetivo das pesquisas.

Percebe-se na Tabela 6 que em relação ao objetivo das pesquisas, os trabalhos que versam sobre as temáticas em análise se utilizam apenas de três modalidades: exploratória, descritiva e explicativa.

Tabela 6

## Classificação em relação ao objetivo da pesquisa

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total Geral	Total %
Exploratória	1	1	1	2	1	1	1	-	2	-	10	34
Descritiva	-	2	-	2	2	2	-	4	-	4	16	55
Explicativa	1	-	-	1	-	-	1	-	-	-	3	10
<b>Total por ano</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>29</b>	<b>100</b>

Viu-se que na maioria dos anos prevaleceram os artigos descritivos, pois, entre os 29 trabalhos analisados, 55% são dessa natureza. E em segundo lugar, verificou-se ser a pesquisa exploratória o objeto de pesquisa mais utilizado nos trabalhos, sendo a pesquisa explicativa utilizada por apenas três trabalhos. A Tabela 7 apresenta a classificação em relação à abordagem do problema.

Tabela 7

## Classificação em relação à abordagem do problema

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total Geral	Total %
Qualitativa	2	3	1	4	-	-	1	2	1	2	16	55
Quantitativa	-	-	-	2	3	3	-	2	1	1	12	41
Quali-quant	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	3
<b>Total por ano</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>29</b>	<b>100</b>

Verifica-se na Tabela 7 que no período analisado prevalecem os artigos de abordagem qualitativa, que totalizam 55%. Os artigos de abordagem quantitativa equivalem a 41% da amostra e, apenas um artigo foi classificado como de abordagem quali-quantitativa.

Tabela 8

## Classificação em relação à estratégia da pesquisa

Tipo	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total Geral	Total %
Bibliográfica	2	1	1	3	-	3	-	-	-	1	11	38
Documental	-	-	-	1	1	-	1	2	1	2	8	28
Levantamento	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	2	7
Estudo de caso	-	1	-	1	2	-	1	1	1	1	8	28
<b>Total por ano</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>29</b>	<b>100</b>

Em relação à estratégia de pesquisa utilizada nos artigos analisados de 2001 a 2010, a Tabela 8 demonstra que onze trabalhos foram classificados como sendo estudos bibliográficos, oito como documentais e, também, oito como estudos de caso. Foram encontrados, ainda, dois artigos classificados na categoria levantamento. A Tabela 9 versa sobre as técnicas de pesquisa.

Tabela 9

## Classificação em relação às técnicas de coletas de informações

Tipo	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total	Total %
Pesquisa documental	1	-	1	5	1	3	1	3	-	3	18	62
Entrevista	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	3
Questionário	-	2	-	-	2	-	-	1	1	1	7	24
Análise de Discurso	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	3
Análise de conteúdo	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	2	7
<b>Total por ano</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>29</b>	<b>100</b>

Analisando-se os dados constantes na Tabela 9, vê-se que a maioria dos trabalhos utiliza-se da técnica de coleta pesquisa documental, perfazendo um total de 18 artigos. Seguida da técnica questionário com 7 artigos representando um total de 24% e a técnica entrevista e análise de discurso foram as menos utilizadas, ambas correspondendo a 3% do total dos 29 artigos. Na Tabela 10 é possível verificar a origem das referências dos artigos nacionais.

Tabela 10

## Origem das referências nos artigos dos periódicos nacionais

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total Geral	Total %
Nacionais	55	43	28	103	16	107	35	62	39	10	498	77
Internacionais	15	17	-	35	1	5	11	28	12	25	149	23
<b>Total por ano</b>	<b>70</b>	<b>60</b>	<b>28</b>	<b>138</b>	<b>17</b>	<b>112</b>	<b>46</b>	<b>90</b>	<b>51</b>	<b>35</b>	<b>647</b>	<b>100</b>

Para classificação das referências como nacionais ou internacionais adotou-se como critério o fato de estar escrito em língua portuguesa ou língua estrangeira, portanto, obras traduzidas ao português foram consideradas de origem nacional.

Os dados na Tabela 10 mostram que dentre as 647 referências utilizadas nos artigos de periódicos nacionais, a maior parte são obras de origem nacional, constando apenas 23% de referências internacionais. Esse resultado evidencia o baixo emprego da literatura em língua estrangeira nos trabalhos produzidos no Brasil. Cabe destacar que, em nenhum dos anos analisados a literatura internacional foi mais frequente e/ou ultrapassou o volume de referências em língua portuguesa.

A Tabela 11 apresenta as fontes das referências utilizadas nos artigos analisados, especificando as fontes encontradas em artigos, periódicos, livros e outros. É importante ressaltar que a categoria nomeada periódicos contempla revistas acadêmicas nacionais e internacionais; os artigos correspondem aos trabalhos expostos em anais de congressos; a categoria de leis inclui os decretos, normas, regulamentos, instruções normativas entre outros e, os sítios referem-se principalmente a sítios de Prefeituras.

**Tabela 11**  
**Tipos de referências nos artigos dos periódicos nacionais**

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total Geral	Total %
Artigos	5	2	1	10	3	8	11	6	9	-	55	8,5
Periódicos	12	9	8	28	-	19	13	17	17	21	144	22,3
Livros	33	48	19	93	13	73	18	55	21	14	387	59,8
Monografia	-	-	-	-	-	3	-	1	-	-	4	0,6
Dissertações	-	-	-	1	1	3	-	1	2	-	8	1,2
Teses	2	-	-	1	-	4	-	3	1	-	11	1,7
Sites	8	1	-	-	-	2	3	7	-	-	21	3,2
Leis	10	-	-	5	-	-	-	-	1	-	16	2,5
Enciclop.	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	0,2
<b>Total por ano</b>	<b>70</b>	<b>60</b>	<b>28</b>	<b>138</b>	<b>17</b>	<b>112</b>	<b>46</b>	<b>90</b>	<b>51</b>	<b>35</b>	<b>647</b>	<b>100</b>

Quanto às características quantitativas das referências bibliográficas dos artigos analisados de 2001 a 2010, foram encontradas 647 referências e as mais utilizadas foram de livros representando 60%, dos quais a grande maioria é de origem nacional. Evidência essa também evidenciada por Cardoso, Pereira e Guerreiro (2004), Callado & Almeida (2005), Beuren, Schindwein & Pasqual (2007), Moura, Dallabona & Lavarda (2010).

Em segundo lugar estão os periódicos correspondendo a 22%, sendo que dentro deste percentual a grande totalidade é de periódicos de origem internacional, estando, portanto, em consonância com os achados de Martins e Silva (2005), Moura, Dallabona & Lavarda (2010), verificou-se também baixa proporção de consulta a dissertações e teses (3%). Tem-se ainda artigos publicados em anais de congressos correspondendo a 9% e em, 2007, foi mencionado nas referências uma fonte advinda de enciclopédia.

Ressalta-se que dentre os trabalhos selecionados, a maioria não tinha uma teoria de base descrita, correspondendo a um total de 12 trabalhos àqueles que trouxeram em seu referencial esse embasamento teórico. As teorias abordadas foram as seguintes: escolha racional; agência; externalidades; democrática; legitimidade e econômica. Tal evidência remete à realidade que os trabalhos produzidos na área pública, tendo como foco orçamento público, participativo e controladoria carecem de sustentação teórica, precisando, portanto, evoluírem neste

questo, sendo o crescimento de publicação na área um dos caminhos para se sanear essa deficiência.

De acordo com Martins (2005) o desenvolvimento de uma Ciência depende da expressão e significância de suas plataformas teóricas. Ainda segundo o autor a investigação científica deve se apoiar em fundamentos teóricos (plataforma teórica) que possam sustentar e oferecer orientações para a formulação de problemas e caminhos para a busca de soluções.

Desta feita, infere-se que provavelmente por causa desta carência teórica nos trabalhos que versam sobre a área pública, tem-se pouca produção permanente nessa seara, dada a possível exigência nos periódicos de uma boa sustentação neste quesito como reflexo da qualidade do mesmo.

Outro ponto importante observado durante a pesquisa, diz respeito ao fato de serem exigidas poucas disciplinas no currículo dos Cursos de Ciências Contábeis. A Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis (CFC, 2009), que está em consonância com as determinações do Ministério da Educação (MEC), traz apenas como exigência uma disciplina da área pública na proposta de componentes curriculares por eixo temático, devendo perfazer uma carga horária de 90 horas.

Na Tabela 12 foram elencadas as universidades que tiveram nota quatro (maior nota auferida dentre as universidades até o momento) no Conceito Preliminar do Curso (CPC), no que concerne aos Cursos de Ciências Contábeis. Ressalta-se que embora a Universidade de São Paulo não se submeta a esse crivo, visto pertencer ao sistema estadual, foi inserida na pesquisa devido ao fato de ser a Universidade que tem o Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis mais antigo do Brasil, ademais é o único programa que ostenta nota seis na avaliação da Capes.

**Tabela 12**  
**Quantidade de disciplinas na área pública nos currículos das universidades**

Sigla	Instituição de Ensino Superior (IES)	Obrigatórias	Optativas	TOTAL
UFG	Universidade Federal de Goiás	3	-	3
UNB	Universidade de Brasília	2	8	10
FUCAPE	Universidade Federal de São João Del-Rei	2	-	2
FUNAP	Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade	1	-	1
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina	2	-	2
UFFRS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2	1	3
UFV	Universidade Federal de Viçosa	1	1	2
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais	4	-	4
USP	Universidade de São Paulo	1	1	2

Observa-se na Tabela 12 que a UFMG com quatro disciplinas é a Universidade que possui o maior número de disciplinas da área pública como obrigatória, seguida da UFG com três disciplinas. A UNB é a universidade que tem o maior número de optativas. Já a USP, possui apenas uma disciplina pública em seu currículo, seguida da FUCAPE e UFV com o mesmo número.

Diante do exposto, vê-se que a área pública é pouco explorada nos currículos das universidades brasileiras, o que suscita uma reduzida abordagem em sala e, consequentemente, fragilidade acadêmica dos discentes nessa área de formação.

## CONCLUSÕES

O presente trabalho teve como objetivo traçar um perfil dos artigos sobre os temas orçamento público, orçamento participativo e controladoria pública presente em periódicos nacionais (Qualis A1 a B3) e internacionais (coletados na base de dados do science direct).

Os dados da pesquisa revelam que no período analisado foram encontrados 29 trabalhos publicados demonstrando que o estado da arte da produção científica sobre os temas não apresentou desenvolvimento, principalmente na área de controladoria pública, que figurou apenas três artigos no período de 2001 a 2010, número esse irrelevante dada a importância do tema. A maioria deles (17 artigos) versam sobre orçamento participativo, representando 59% do total.

Quanto ao gênero, os resultados revelam que na maioria dos anos prevalece a produção científica por autores do sexo masculino, sendo que dos 49 autores 53% são homens e apenas 47% são mulheres.

A região Sul apresenta o maior número de autores que publicam em periódicos, perfazendo um total de 38% de trabalhos, com destaque para o RS com 22%. A região Sudeste corresponde a 22% dos autores da produção em foco; a região Nordeste apresenta 10%; a região Norte representa 6% dos autores; a região Centro-Oeste e a autoria internacional corresponde a 20%. Outras regiões, juntamente com autores de outras nacionalidades, totalizaram 28% do total, nesse caso oito. Ressalta-se que dos oito autores internacionais três são dos Estados Unidos, três de Taiwan, um da Nigéria e um da Alemanha. Pondera-se, ainda um dos autores internacionais enviou trabalho que foi publicado na Revista de Administração Contemporânea (RAC), sendo ele dos EUA.

Quanto às referências utilizadas nos artigos, conclui-se que entre as 647 referências de utilizadas nos periódicos nacionais, a maior parte são obras em língua portuguesa. Constatando-se a predominância de livros utilizados como referências.

Viu-se que de maneira geral, destacaram-se as pesquisas de natureza descritiva, com abordagem do problema de maneira qualitativa, utilização predominante de estratégia bibliográfica e a técnica de coleta de informação documental.

No tocante a abordagem teórica observou-se que muitos artigos não apresentavam uma teoria de base descrita, identificando-se, dentre aqueles que a evidenciaram, as seguintes teorias: legitimidade, agência, externalidades, escolha racional, democrática e econômica. Tal evidência remete à realidade que os trabalhos produzidos na área pública, tendo como foco orçamento público, participativo e controladoria carecem de sustentação teórica, precisando, portanto, evoluírem neste quesito, sendo o crescimento de publicação na área um dos caminhos para se sanear essa deficiência.

Observou-se ainda que são exigidas poucas disciplinas na área pública no currículo dos Cursos de Ciências Contábeis. A UFMG tem em sua proposta curricular como obrigatórias quatro disciplinas de cunho público e a UFG três disciplinas. A UNB é a universidade que tem o maior número de disciplinas optativas

nessa área. Já a USP, possui apenas uma disciplina pública em seu currículo, seguida da FUCEPE e UFV com o mesmo número.

Diante do exposto, observou-se que a área pública é pouco explorada nos currículos das universidades brasileiras, o que suscita uma reduzida abordagem em sala e, conseqüentemente, fragilidade acadêmica dos discentes nessa área de formação. Sendo pouco incentivada em sala e tendo os alunos pouco contato com o mundo das disciplinas que versam sobre a seara pública, acaba-se por ter um reduzido número de pesquisadores instigados a escrever sobre a temática.

Assim, a análise de dez anos sobre as temáticas em foco contribuiu para que fosse percebido o quanto se tem lacunas na produção científica da área pública, bem como, permitiu que se veja como é carente a sua abordagem nas universidades brasileiras.

Destaca-se que as perspectivas para os estudos sobre os temas abordados para os próximos estudos sobre a pesquisa e a formação de profissionais na área em estudo podem enfocar de modo prático, a análise dos orçamentos público e participativo dos municípios brasileiros, comparação com os orçamentos europeus e americanos, além de pesquisas sobre os órgãos de controle dos entes públicos.

Sugere-se também que em estudos posteriores se utilizem outros parâmetros bibliométricos, como por exemplo, analisar os autores das referências mais utilizadas e até mesmo ampliar a amostra para congressos nacionais e internacionais no âmbito público.

## REFERÊNCIAS

- Alesina, A. F., & Perotti, R. (1999). Budget deficits and budget institutions In J. M. Poterba & J. Hagen (Eds.), *Fiscal institutions and fiscal performance* (pp. 13-36). Chicago: University of Chicago Press.
- Alves, M. M. (1980). *A força do povo: democracia participativa em Lages*. São Paulo: Brasiliense.
- Angélico, J. (1994). *Contabilidade pública* (8a ed.). São Paulo: Atlas.
- Avritzer, L. (2003). O orçamento participativo e a teoria democrática: um balanço crítico. In L. Avritzer & Z. Navarro (Orgs.). *A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo*. São Paulo: Cortez.
- Baleeiro, A. (1987). *Uma introdução à ciência das finanças* (14a ed.). Rio de Janeiro: Forense.
- Beuren, I. M., Schlindwein, A. C., & Pasqual, D. L. (2007). Abordagem de controladoria em trabalhos publicados no enanpad e no congresso usp de controladoria e contabilidade de 2001 a 2006. *Revista de Contabilidade e Finanças*, 18(45), 22-37. doi: 10.1590/S1519-70772007000400003
- Brotti, V., Laffin, M., & Borgert, A. (2007). Orçamento público, levantamento dos artigos, dissertações e teses no Brasil entre 1980 e 2005 em algumas das principais fontes de publicações disponíveis em meio eletrônico. *Anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade*, São Paulo, SP, Brasil, 7.
- Cardoso, R. L., Pereira, C. A., & Guerreiro, R. (2004). A produção acadêmica em custos no âmbito do enanpad: uma análise de 1998 até 2003. *Anais do Encontro da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em administração*, Curitiba, PR, Brasil, 28.
- Callado, A. L. C., & Almeida, M. A. (2005). Perfil dos artigos sobre custos no agronegócio publicados nos anais do congresso brasileiro de custos. *Custos e Agronegócio On-line*, 1, 1-20.
- Centre For Democracy & Development. (2005). *A handbook on budgeting: a guide to the due process approach*. Lages: CDD.
- Cervo, A. L. & Bervian, P. A. (1983). *Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil.
- Ching, H. Y. (2006). *Contabilidade gerencial: novas práticas contábeis para a gestão de negócios*. São Paulo: Pearson Prentice Hall.
- Conselho Federal de Contabilidade. (2010). *Proposta nacional de conteúdo para o curso de graduação em ciências contábeis*. Recuperado de <http://www.cfc.org.br/uparq/proposta.pdf>
- Cooper, D. R., & Schindler, P. S. (2003). *Métodos de pesquisa em administração*. Porto Alegre: Bookman.



- Darós, L. L., Pereira, A. S. (2011). Análise das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público – nbcasp: mudanças e desafios para a contabilidade pública. *Anais do Congresso USP de Iniciação Científica*, São Paulo, SP, Brasil, 6.
- D'auria, F. (1959). *Contabilidade pública* (9a Ed). São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Garrett, E., Vermeule, A. (2006). *Transparency in the budget process*. Conference on fiscal challenges. Los Angeles: University of Southern California Law School.
- Genro, T.; Souza, U. (1997). *Orçamento participativo: a experiência de porto alegre*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Horngren, C. T., Sundem, G. L., & Stratton, W. O. (2004). *Contabilidade gerencial* (12a ed). São Paulo: Pearson Prentice Hall.
- International Federation Of Accountants. (2004). *Budget reporting*: New York.
- Leite, G. A., Filho (2006). Padrões de produtividade de autores em periódicos e congressos na área de contabilidade no brasil: um estudo bibliométrico. *Anais do Congresso Usp de Controladoria e Contabilidade*, Paulo, SP, Brasil, 6.
- Leite, R. M., Silva, H. D. F. N., Cherobim, A. P. M. S., & Bufrem, L. S. (2008). Orçamento empresarial: levantamento da produção científica no período de 1995 a 2006. *Revista de Contabilidade e Finanças da USP*, São Paulo, 19(47), 56-72.
- Machado, M. V. V. (2008). Controladoria Governamental. *Revista Municípios do Ceará - Informação e Política*, 6(80), 5-11.
- Magalhães, E. A., Oliveira, T. B. A., Wakim, V. R., & Faroni, W. (2006). Análise da evolução da despesa orçamentária em uma instituição de ensino superior: o caso da universidade federal de viçosa (ufv). *Anais do Congresso Brasileiro de Custos*, Belo Horizonte, MG, Brasil, 12.
- Martins, G. A., & Silva, R. B. C. (2005). Plataforma teórica, trabalhos dos 3º e 4º Congressos USP de Controladoria e Contabilidade: um estudo bibliométrico. *Anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade*, São Paulo, SP, Brasil, 5.
- Matias, J. - P. (2006). *Finanças públicas*. São Paulo: Atlas.
- Mendes, D. C. V. R. (2004). *Democratizando o Processo Orçamentário: a experiência do orçamento participativo nos municípios brasileiros*. (Monografia). Escola de Administração Fazendária, Brasília, DF, Brasil.
- Mosimann, C. P. E., & Fisch, S. (2002). *Controladoria: seu papel na administração de empresas* (3a ed.). São Paulo: Atlas.
- Motta, Paulo Roberto. (1993). *Gestão contemporânea: a ciência e a arte de ser dirigente* (2a ed.). Rio de Janeiro: Record.
- Moura, G. D., Dallabona, L. F., & Lavarda, C. E. F. Estudo bibliométrico sobre orçamento nos congressos brasileiros de 2005 a 2009. *Anais do Congresso Anpcont*, Natal, RN, Brasil, 4.
- Moura, R. A. (2003). Princípios contábeis aplicados à contabilidade governamental: uma abordagem comparativa brasil - estados unidos (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil. Recuperado de <http://www.unb.br/cca/pos-graduacao/mestrado/dissertacoes>
- Nunes, D. (1999). Por uma pedagogia da participação popular. *Revista Organizações & Sociedade*, (6)16.
- Organização das Nações Unidas. (2001). *Programa de desenvolvimento. Country assessment in accountability and transparency (contact)*. New York: United Nations Development Programme.
- Peixe, B. C. S. (2009). *Finanças públicas: controladoria governamental*. Curitiba: Juruá.
- Pires, V. (2001). *Orçamento participativo: o que é, para que serve, como se faz*. São Paulo: Manole.
- Ribeiro, A. C. T. (2003). *Experiências de orçamento participativo no brasil: período de 1997 a 2000*. Petrópolis: Vozes.
- Santos, L. A. D., & Cardoso, R. L. S (2005). Prestação de contas, acesso a informação e participação e processo decisório governamental. *Anais do X Congresso Internacional Del Clad Sobre La Reforma Del Estado Y De La Administración Pública* [CD ROOM]. Santiago, Chile.
- Scarpin, J. E., & Slomski, V. (2007, setembro). Estudo dos fatores condicionantes de desenvolvimento humano nos municípios do estado do paraná: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão governamental. *Revista de Administra o Pública*, 5(41), 909-933. doi: 10.1590/S0034-76122007000500006
- Silva, L. M. (2004). *Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo* (7a ed.). São Paulo: Atlas.
- Selltiz, C., Wrightsman, L. S., & Cook, S. W. (1987). *Métodos de pesquisa nas rela es sociais*. São Paulo: E. P. U.
- Slomski, V. *Controladoria e governança na gestão pública*. São Paulo: Atlas, 2005.
- Teixeira, A. C., Grazia G., Alburquerque, M. C., & Pontual, P. (2003). *Orçamento participativo: democratiza o da gestão pública e controle social*. Rio de Janeiro: FASE / Fórum Nacional de Participa o Popular.
- Thompson, F., & Jones, L. R. (1986). Controllershship in the public sector. *Journal of Policy Analysis and Management*, 5(6), 547-571. doi: 10.2307/3323261
- Trosa, S. (2001). *Gestão pública: quando o estado se compromete*. Rio de Janeiro: Revan.